



Revista Fórum Trabalhista – RFT

Belo Horizonte, ano 4, n. 18, jul./set. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Princípios contidos na Parte Geral do Novo Código de Processo Civil e sua aplicação no processo do trabalho
Bento Herculano Duarte
- ◆ O Novo CPC, as condições da ação e o processo do trabalho
Carlos Henrique Bezerra Leite, Leticia Durval Leite
- ◆ A Súmula nº 277 do TST, a ultratividade limitada por revogação das normas coletivas e a sua aplicação retroativa
Carulina de Freitas Chagas
- ◆ Da TR como índice de correção monetária na Justiça do Trabalho
Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de Souza
- ◆ La extinción del contrato de trabajo por causas objetivas: la ineptitud del trabajador en el ordenamiento jurídico español
David Montoya Medina
- ◆ Intervalo do art. 384 da CLT e sua compatibilidade à Carta Magna de 1988
Fernanda Vieira de Souza
- ◆ A dispensa de empregados nas empresas estatais
Guilherme Bohrer Lopes Cunha
- ◆ Leitura constitucional dos direitos sociais: medidas provisórias nºs 664 e 665 de 2014
Gustavo Filipe Barbosa Garcia
- ◆ A liberdade sindical como direito fundamental e a não ratificação da Convenção nº 87 da OIT pelo Brasil: os limites da negociação coletiva e a proteção em face de atos antissindicais
Bento Herculano Duarte, José Diniz de Moraes
- ◆ Responsabilidade do empregador por dano moral reflexo
Rúbia Zanotelli de Alvarenga

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Tribunal Superior do Trabalho

Arguição de inconstitucionalidade. Expressão “equivalentes à TRD” contida no artigo 39 da Lei nº 8.177/91.

◆ Tribunal Superior do Trabalho

Unicidade contratual. Dispensa fraudulenta. Imediata contratação como pessoa jurídica para o desempenho das mesmas funções. “pejotização”. Percepção de verbas rescisórias. Óbice ao reconhecimento da unicidade contratual. Inexistência

◆ Tribunal Superior do Trabalho

Recurso de Revista. Pretensão do reclamante de não trabalhar aos sábados em razão de professar a religião adventista.

◆ Tribunal Superior do Trabalho

Recurso de Revista. Termo inicial da estabilidade provisória da mãe adotante. Direito social à fruição da licença adotante indevidamente obstado.

◆ Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Comprovação de lesão extrapatrimonial sofrida pela reclamada por meio de pedido contraposto na contestação – Má-fé e ato ofensivo à dignidade da justiça praticado pela reclamante — Multa no valor de 1% sobre o valor dado à causa – Condenação da reclamante a pagar honorários advocatícios fixados em 15% do valor bruto da condenação.

Ementário

Tendências Jurisprudenciais